

● caderno
JENEPS

N.1 - VOLUME ESPECIAL - 2018 - ISSN 2595-6787



EXPEDIENTE

Editor Corporativo

Dr. Arthur Vianna Ferreira – Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Corpo Editorial

Dra. Adriana de Almeida – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Dr. Arthur Vianna Ferreira – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Dra. Bruna Molisani Ferreira Alves – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Dra. Denize Sepúlveda – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Dra. Edith Maria Marquês Magalhães – Universidade Iguacú – UNIG – RJ

Dra. Elaine Ferreira Rezende de Oliveira – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Dra. Eloiza Gurgel Pires – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Dr. Érico Machado Ribas – Universidade do Estadual de Ponta Grossa – UEPG

Dra. Flavia Alves de Sousa – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Dra. Helenice Maia – Universidade Estácio de Sá – UNESA – RJ

Dra. Heloisa Josiele Santos Carreiro – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Dra. Jacyara da Silva Paiva – Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

Me. Marcio Bernardino Sirino – Universidade Castelo Branco – RJ

Dra. Marilene Antunes Sant’Anna – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Dra. Patricia Elaine Pereira dos Santos – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Me. Patricia Flávia Mota – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Dra. Veronica Muller – Universidades Estadual de Maringá – UEM

Diagramador

Matheus Teles Machado Portugal Gomes – Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

ÍNDICE

Pg. 5 - Prevalência feminina na carreira do magistério nas etapas da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental

*Adriano Barbosa de Almeida Queiroz
Deise Rodrigues Sampaio*

Pg. 6 - Ações afirmativas realizadas em uma escola de ensino fundamental de contexto vulnerável na cidade do Rio de Janeiro

*Aline Silva Dejosí Nery
Chreiva Magalhães Malik
Sabrine Lino Pinto*

Pg. 8 - Educação ambiental: Mais que uma questão ecológica, uma responsabilidade social

*Daniela Pereira Neto de Queiroz
Elis Laura Garcia Pinto
Maria Aparecida Azevedo*

Pg. 10 - Um olhar sobre a reabilitação profissional do INSS a partir de um relato profissional

Jéssica Carvalho de Castro

Pg. 12 - Queixas no processo de ensino-aprendizagem de crianças em periferias de São Gonçalo

Júlia Abreu Machado

Pg. 13 - Brincar na infância plural: Da educação jesuíta ao estudo da ludicidade

Jonathan Machado Domingues

Pg. 14 - Pobreza e assistência socioeducacional em São Gonçalo: Comparação de representações de jornais (1930-1940)

Lara Cristina Veiga Bernardo

Pg. 15 - Desafios da educação não escolar no complexo do Salgueiro

Lucas Salgueiro Lopes

Pg. 16 - Sistema único de assistência social, medidas socioeducativas e os desafios para a implantação do SIMASE no município de São Gonçalo

Luciene Gustavo

Mariana Frizieiro da S. Cruz Freire

Matheus Short

Pg. 17 - Mediação de conflito: Fonte de promoção de ações pedagógicas, restaurativas e educativas

Mariana Frizieiro da S. Cruz Freire

Matheus Short

Luciene Gustavo

Pg. 18 - Estágio complementar, docência ampliada e pobreza em São Gonçalo

Matheus Teles Machado Portugal Gomes

Pg. 19 - Práticas preconceituosas e discriminatórias desenvolvidas no cotidiano do Colégio Estadual Walter Orlandini

Renan Corrêa dos Santos

Pg. 21 - Pintando o sete com a pedagogia da Castelo: A brinquedoteca hospitalar como espaço de formação e atuação do pedagogo

Stella Rocha

Márcia Pereira

Bárbara Carolina

Pg. 23 - Investigação das relações docente/discente em uma escola particular de bairro periférico no município de São Gonçalo e seus possíveis impactos na identidade socioprofissional dos educadores de “alunos pobres”

Thiago Simão Dias

Pg. 24 - A educação social e a socioeducação: Novas perspectivas no atendimento às medidas socioeducativas em meio aberto

William Vinícius Pinto

Pg. 26 - A participação do pedagogo no processo socioeducativo: A escolarização de adolescentes em conflito com a lei

William Vinícius

PREVALÊNCIA FEMININA NA CARREIRA DO MAGISTÉRIO NAS ETAPAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Adriano Barbosa de Almeida Queiroz

Deise Rodrigues Sampaio

O Censo Escolar da Educação Básica de 2016 nos mostra que grande parte dos profissionais dessa etapa de ensino são do sexo feminino. Esse censo apresenta um resultado com informações coletadas no ano de 2014, onde 80,1% dos professores da educação básica são mulheres, enquanto somente 19,9% são homens. Este trabalho tem como objetivo geral, analisar os fatores que contribuíram para predominância do gênero feminino enquanto docentes na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, visando que a docência até determinado período foi uma profissão exclusivamente masculina. A busca pelo resultado foi realizada através de uma pesquisa qualitativa e explicativa com procedimentos bibliográficos e documentais, embasada principalmente em Ribeiro (1992), Louro (2003) e Chamon (2005). Para o alcance desse objetivo foi necessário identificar a contribuição dos homens no campo educacional desde a estruturação das escolas, perpassando pela história da primeira escola normal brasileira, destinada exclusivamente a alunos do sexo masculino, sintetizar o direito de estudar conquistado pelas mulheres, resultando na possibilidade de exercerem a docência, gerando posteriormente, o afastamento dos homens dessa prática educacional para que assim cheguemos as considerações de que tal fato deu-se pela ausência de reconhecimento social, aos baixos salários que impossibilitavam o cumprimento da cobrança para serem provedores da família e os preconceitos existentes, na qual o profissional do gênero masculino é visto como um homem ativo, sexuado e coberto de perversidade, não podendo ter contato com o corpo infantil.

AÇÕES AFIRMATIVAS REALIZADAS EM UMA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL DE CONTEXTO VULNERÁVEL NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Aline Silva Dejosi Nery

Chreiva Magalhães Malick

Sabrina Lino Pinto

No presente trabalho buscamos abordar três distintas ações afirmativas em um CIEP localizado em Manguinhos, Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. A primeira ação é o estudo Educação e Saúde: um estudo preliminar sobre a arte de ensinar ciências em Manguinhos que busca analisar as diversas formas em que a disciplina e a autoridade se articulam no ambiente escolar, com uma abordagem histórica da educação e da sociedade. Ao pretender analisar essas questões, busca-se trazer para o debate a importância de estudar essa temática, a fim de auxiliar os educadores em suas ações e proporcionar um questionamento acerca de sua formação acadêmica. Este trabalho apresenta reflexões acerca das concepções sobre a disciplina escolar, em especial, sobre as formas e normas de convivência promovidas pela escola. Metodologicamente, o estudo é de cunho qualitativo, realizado através da pesquisa bibliográfica e da pesquisa participante. A segunda ação é a respeito da utilização da rede social Facebook como ferramenta pedagógica para as aulas de ciências com alunos em um contexto vulnerável, a qual busca analisar de que forma a rede social é usada como uma ferramenta educativa em auxílio as disciplinas de ciências para alunos de ensino fundamental, trazendo para discussão o porquê do desinteresse discente nas aulas de ciências e o conteúdo, além do uso da tecnologia como fonte de apoio aos professores. Por se tratar de alunos moradores da comunidade de Manguinhos, abordaremos também a questão crítica do desinteresse e dificuldade dos alunos para as aulas de ciências. Na metodologia, o estudo será realizado através de uma análise qualitativa em um grupo criado na rede social feito somente para os alunos da escola em questão e observações quanto ao interesse dos alunos em sala de aula. A terceira ação diz respeito às mediações pedagógicas utilizadas por professores e bibliotecária no espaço da biblioteca como espaço potencial de articulação dos conteúdos trabalhados em sala de aula do ensino

II JORNADA DE EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA SOCIAL

fundamental visando à promoção de experiências educativas para a construção do conhecimento científico num contexto de vulnerabilidade social e, assim, poder contribuir para uma educação emancipadora. Caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, do tipo pesquisa-formação ou participante, focalizando os aspectos subjetivos da experiência e do comportamento humano. Resultados preliminares permitem sintetizar que a biblioteca se apresenta como um local de excelência dentro da escola, seja para estudar, como local de ação cultural ou espaço potencial para os professores utilizarem em suas práticas pedagógicas.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: MAIS QUE UMA QUESTÃO ECOLÓGICA, UMA RESPONSABILIDADE SOCIAL

Daniela Pereira Neto de Queiroz

Elis Laura Garcia Pinto

Maria Aparecida Azevedo

As problemáticas ambientais precisam ser compreendidas de maneira holística e global, devido à emergência de se ter uma relação sustentável entre homem e natureza, já que para além da necessidade de se estabelecer a manutenção e preservação da fauna e da flora, é uma luta pela própria espécie humana. Nesse contexto, a educação apresenta um grande potencial para o desenvolvimento de um processo crítico conscientizador, que pode promover uma prática transformadora sustentável. Dessa forma, a presente pesquisa, que possui caráter teórico, objetiva destacar que a Educação Ambiental (EA) é uma responsabilidade social, e por meio de uma abordagem educativa que explore as questões que estão relacionadas aos conflitos entre homem e natureza, de maneira reflexiva e não autoritária, o tema pode ser tratado sem excluir os conhecimentos prévios do educando no processo educativo e ainda proporcionar uma atuação social responsável e transformadora. Assim, esse estudo é uma análise reflexiva sobre as práticas freirianas na EA, que demonstra que a realidade local e global dos educandos demanda uma aprendizagem significativa e contextualizada para se formar educandos não apenas com uma consciência ecológica, mas, uma consciência crítica, que transforma seu modo de pensar e agir socialmente e culturalmente. Pois desse modo é possível que o educando tome consciência que tudo está relacionado e interligado, pois não há dissociação do homem e a natureza e o desequilíbrio ecológico é uma responsabilidade de todos, justamente a partir das contradições vividas localmente, e, posterior ampliação, aos problemas de escala maior relacionadas as questões ambientais. A intenção da EA não é apenas tratar de problemas socioambientais, mas também formar cidadãos humanizados, e com a intenção de que a partir disto seja proporcionado a apreensão e ressignificação de novos valores e compromissos que os

II JORNADA DE EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA SOCIAL

instiguem a adotar comportamentos coerentes com a realidade social e ambiental, contribuindo, desta forma, para um mundo mais sustentável.

UM OLHAR SOBRE A REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DO INSS A PARTIR DE UM RELATO PROFISSIONAL

Jéssica Carvalho de Castro

O programa de reabilitação profissional do INSS é um serviço previsto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, art.203 incisos III e IV e visa oferecer ao segurado incapacitado e afastado por motivo de acidente ou doença a oportunidade de reintegrar-se ao mercado de trabalho. Os meios utilizados para o alcance aos objetivos do programa consistem na reeducação e readaptação do segurado. Para que isto aconteça, uma das formas utilizadas pelo INSS é a oferta de cursos profissionalizantes gratuitos aos segurados uma vez que o perito médico realiza o parecer de que o segurado possui condições de retorno ao mercado de trabalho. Para embasamento da presente temática, fora realizada entrevista com profissional atuante em empresa do Ramo Rodoviário de Transporte coletivo de passageiros, na função de técnico de segurança do trabalho e que supervisiona o estágio de segurados do INSS que escolheram o curso técnico de segurança do trabalho como opção de capacitação. Dentre as informações repassadas, têm-se que alguns cursos solicitam estágio para conclusão da jornada acadêmica e emissão da certificação, que é o caso das instituições vinculadas ao INSS na área em questão. O parecer do profissional entrevistado relata a sistematização entre a empresa e o INSS, considerando desde o recebimento do segurado para estagiar, levando em conta as suas restrições de acordo com o motivo do benefício em que o mesmo está cadastrado e a conciliação de sua particularidade a área escolhida até a finalização da experiência profissional (conclusão do estágio), o que envolve troca de experiências entre o discente e o corpo de profissionais do setor, supervisão ao discente em todas as atividades por ele executadas na função a ser aprendida e o aprimoramento da parte técnica e comportamental do profissional em formação. No fim do estágio, a empresa concedente fornece a documentação física comprobatória da experiência pelo segurado realizada. A partir desta etapa, cabe ao perito médico classificar como apto ou inapto o segurado, onde o primeiro caso representa o retorno da pessoa à empresa a qual ela possui o vínculo empregatício. O

II JORNADA DE EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA SOCIAL

segundo caso, a aposentadoria. Esta é a dinâmica da experiência educacional na reabilitação profissional do INSS.

**QUEIXAS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS EM
PERIFERIAS DE SÃO GONÇALO**

Júlia Abreu Machado

Comumente, os problemas escolares têm sido associados a alguns grupos em detrimento de outros. Ora aos alunos, ora à suas famílias, ora aos professores, ora à escola. Porém, a responsabilidade pelo processo educacional perpassa todos esses grupos e, ademais, a sociedade, que tem na escola um espaço que traduz os seus interesses. O presente trabalho é parte de uma pesquisa em andamento, vinculada ao Projeto de Monitoria da disciplina de Didática da UERJ/FFP, e tem como objetivo investigar queixas escolares envolvendo o processo ensino-aprendizagem. Os primeiros resultados dessa investigação apontam para uma "culpabilização" do processo que apenas demonstra como os professores vão representando a "queixa" pelo insucesso de sua prática profissional em atores escolares sociais que vão versar questões que demonstram dimensões distintas de pobreza como justificativa para os resultados do processo de ensino-aprendizagem. Este trabalho aponta para a necessidade de considerar as diversas causas que dificultam o processo de aprendizado das crianças como possibilidade de solucioná-los.

BRINCAR NA INFÂNCIA PLURAL: DA EDUCAÇÃO JESUÍTA AO ESTUDO DA LUDICIDADE

Jonathan Machado Domingues

O presente trabalho tem como objetivo contextualizar o universo plural da infância, o brincar e a questão educacional e curricular de maneira sucinta. Brincar, ação está praticada e realizada por todos os componentes sociais. Assim sendo, é atingível afirmar que cada grupo social, nos parâmetros espacial (ao que se refere o meio) que se encontra, tem/prática brincadeira exclusiva e/ou a mesma brincadeira em várias localidades. Como exemplificação os nomes titulados ou as regras destas são diferenciados de lugar para lugar, em função da cultura local, cultura lúdica. Outrossim, como objetivo secundário será tratada a questão educacional jesuítica no período Colonial no Brasil. De resto, serão abordadas as questões históricas da infância juntamente com a formação do corpo docente ligado à finalidade da escola tanto para a classe mais rica quanto para a mais pobre. Tendo em vista que a palavra infância e família, tal como sabemos hoje, são sentimentos criados pela burguesia. Portanto, a elaboração desta pesquisa foi primordial interpretações de periódicos, livros e participação em congressos que tinham como temática a ludicidade. Outrossim, aos referenciais metodológicos, os principais utilizados foram: ALVARÉS E VARELA (1992), ARIÈS (1981), BROUGÈRE (1998), GADOTTI (2003), HUIZINGA (2004), PROUT (2010) e VASCONCELLOS (2008). Portanto, podemos concluir que o brincar vai além de um simples entretenimento. Trata-se de um estágio de preparação da criança para a vida adulta com a utilização da construção do simbólico, relacionado ao brinquedo, como ferramenta.

**POBREZA E ASSISTÊNCIA SÓCIOEDUCACIONAL EM SÃO
GONÇALO: COMPARAÇÃO DE REPRESENTAÇÕES DE JORNAIS (1930 -
1940)**

Lara Cristina Veiga Bernardo

O presente trabalho faz parte do projeto desenvolvido pelo grupo de pesquisa e extensão Fora da Sala de Aula (UERJ/FFP), coordenado pelo professor Dr. Arthur Viana, que teve início em março de 2016, a fim de compreender as representações de pobreza no município de São Gonçalo e suas repercussões na assistência (ou falta da mesma) para com as camadas empobrecidas da região. O recorte aqui apresentado, tem como objetivo comparar as representações feitas por dois jornais da região metropolitana do Rio de Janeiro: O São Gonçalo e O Fluminense, entre as décadas de 1930 e 1940, tendo como foco principal as notícias referentes à pobreza e iniciativas assistenciais voltadas para as mesmas. A comparação entre as duas fontes permite, além de tomar notas sobre os acontecimentos noticiados, perceber que, de acordo com os objetivos dos jornais, certas notícias eram ou deixavam de ser veiculadas. Ao analisar ambos periódicos, percebe-se que poucas foram os acontecimentos veiculados pelos dois. Enquanto O São Gonçalo apresenta uma perspectiva pró-governo e claramente aliada aos comerciantes locais, O Fluminense se apresenta mais próximo à Igreja Católica ao mesmo tempo que mais crítico em relação às iniciativas públicas.

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR NO COMPLEXO DO SALGUEIRO

Lucas Salgueiro Lopes

O seguinte trabalho pretende estabelecer reflexões e apontamentos presentes em pesquisa em andamento, vinculada à disciplina de Psicologia da Educação da FFP/UERJ. A pesquisa em desenvolvimento oferece uma visão das relações interpessoais e práticas educacionais obtidas em trabalhos de campo na ONG Luxo de Vida, localizada no bairro de Itaúna, parte do Complexo de Salgueiro. Com mais de três anos de existência, a ONG atende cerca de 140 crianças e adolescentes da região, com diversas oficinas esportivas, pedagógicas e lúdicas, além de atividades e serviços de assistência a adultos e idosos. Nessa apresentação, o foco será a discussão dos principais objetivos de cada uma dessas oficinas, baseando-se no que se considera relevante e proveitoso a ser ensinado aos jovens da região, tais como as práticas pedagógicas. Frente a isso, levantam-se também as principais dificuldades na busca por esses objetivos; aqui, entende-se por todo o contexto socioeconômico da região estudada, tais como as dificuldades individuais observadas nos alunos da instituição.

SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E OS DESAFIOS PARA A IMPLANTAÇÃO DO SIMASE NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

Luciene Gustavo

Mariana Frizheiro

Matheus Short

As políticas sociais caracterizam-se em ações governamentais de cunho universal, integral e intersetorial instituídas pela Constituição Federal de 1988. Em especial, a Assistência Social alcança o patamar de política pública, e vem sendo regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS - promulgada em 1993, que apresenta um novo modelo organizacional, no fomento a participação social, o controle social, a descentralização político-administrativa e financeira, e altera as competências do Estado. Em 2005, nasce o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, um sistema público que tem como principais eixos a territorialização dos serviços e a matricialidade socioassistencial, onde podemos destacar dois tipos de proteção social, a básica – oferecida pelos serviços, programas e projetos nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS. E a especial, baseada nas demandas de média e alta complexidade, instituídos pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS. As medidas socioeducativas representam uma demanda de alta complexidade de competência do CREAS. Legitimada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei n. 8069/1990), que visa à promoção da proteção integral de crianças e adolescentes. No que refere as medidas, é dividido da seguinte forma medidas socioeducativa em meio aberto, que são classificadas em Liberdade Assistida (LA) e a Prestação de Serviços Comunitários (PSC). Temos também, o regime semiliberdade, que hoje, vem sendo gerido pelo Estado, através do CRIAAD. E o regime de internação com privação de liberdade. O Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo - SIMASE vem sendo elaborado desde 2014, em São Gonçalo, tornando-se Lei Municipal 780/2017. Contudo, vislumbram-se inúmeros desafios para a efetividade desse sistema em São Gonçalo, que vão desde a garantia do comprometimento intersetorial com a temática até a inclusão deste junto ao orçamento público.

MEDIAÇÃO DE CONFLITO: FONTE DE PROMOÇÃO DE AÇÕES PEDAGÓGICAS, RESTAURATIVAS E EDUCATIVAS

Mariana Frizieiro da S. Cruz Freire

Matheus Short

Luciene Gustavo

A mediação de conflitos trata-se de uma temática de extrema relevância para a construção de boas práticas pedagógicas, restaurativas e educativas, quando refletidas como uma técnica metodológica alternativa a educação formal, conservadora e tradicional. Essa reflexão legitima o pensamento de que a mediação de conflito envolvem fatores multidimensionais inseridos no movimento dialético da realidade cotidiana interligados ao mundo objetivo e subjetivo dos indivíduos e das relações sociais. Essa leitura permite analisar a mediação como um processo de inúmeras complexidades, onde os conceitos de resolução de conflitos, acordo, comunicação, diálogo e transformação devem estar interligados. Contudo, se a compreensão deste fenômeno for baseada em apenas um olhar dessas vertentes minimiza-se sua conceituação, bem como o reduz a uma visão simplista. Nesse sentido, a análise estrutura-se em dois pilares fundamentais. O primeiro fundamenta-se em compreender que as principais causas dos conflitos estão intrinsecamente relacionadas aos produtos de uma sociedade capitalista expressas nas diversas manifestações da “Questão Social” que agravam os níveis das desigualdades econômicas, culturais, educacionais, políticas e sociais. Em segundo momento, ao entender o conflito como um fenômeno transfactual, sendo assim, considerar que tanto as relações sociais como as expressões da questão social são produzidas e reproduzidas em uma perspectiva complexa – envolvendo fatores que devem ser, minimamente, entendidos e explicados através de múltiplos olhares – alcançando a totalidade das ações. Assim sendo, mediar conflitos significa lidar com as mais diversas relações interpessoais, familiares, comunitárias da vida social na busca da promoção da transformação social.

ESTÁGIO COMPLEMENTAR, DOCÊNCIA AMPLIADA E POBREZA EM SÃO GONÇALO

Matheus Teles Machado Portugal Gomes

RESUMO: O estágio complementar em docência ampliada e investigação sobre práticas socioeducativas com os pobres no município de São Gonçalo e regiões adjacentes tem como objetivo geral investigar e analisar desenvolvimentos e repercussões acerca da educação destinada aos pobres do município de São Gonçalo e redondezas. De forma prática, investigamos veículos midiáticos como jornais e revistas, com intuito de encontrar informações sobre o tema. Os dados reunidos até o momento foram organizados de forma virtual por meio de um site. Nele estão expostas as reportagens e recortes sobre a temática de forma catalogada por data e por veículo de informação, com fácil acesso para leitura e download do arquivo. As atualizações do site são feitas de forma constante e também disponibilizarão textos e trabalhos acadêmicos sobre o tema em uma nova aba do site. Todas as informações investigadas e reunidas foram utilizadas na criação de relatórios de pesquisa que também estão divulgados no site. Estes relatórios também estarão disponibilizados em uma página no “Facebook” em formato de “Diário de pesquisa”. Os resultados deste estágio complementar são utilizados em duas perspectivas: Como problematização das disciplinas de Didática e Psicologia da educação, para os cursos de graduação, e de Psicologia Social, do curso de Pedagogia, da UERJ-FFP; assim como instrumento de consulta para pesquisas sobre educação e pobreza na região metropolitana do Rio de Janeiro em trabalhos de conclusão de cursos, mestrados e doutorados, tanto para a UERJ quanto para todos os interessados sobre a temática no estado do Rio de Janeiro.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Pobreza. São Gonçalo.

PRÁTICAS PRECONCEITUOSAS E DISCRIMINATÓRIAS DESENVOLVIDAS NO COTIDIANO DO COLÉGIO ESTADUAL WALTER ORLANDINI

Renan Corrêa dos Santos

Desenvolvendo a pesquisa de PIBIC no Colégio Estadual Walter Orlandini, no município de São Gonçalo, pude presenciar e também vivenciar inúmeras atitudes preconceituosas e discriminatórias aos alunos com identidades LGBTIS (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Intersexuais e Simpatizantes), por parte de membros da comunidade escolar. É importante mencionar que escolhi tal tema, por também ter sofrido, enquanto aluno da educação básica, algumas dessas práticas na escola onde estudei. Tenho como objetivo Investigar se tais atitudes se constituem em práticas homofóbicas e quem ás exercem. Como metodologia essa pesquisa se baseia numa abordagem qualitativa, como técnicas foram usadas à observação, o questionário entregue e respondido por alguns alunos LGBTIS e a narrativa deles. O referencial teórico-metodológico está referendado na pesquisa nos/dos/com os cotidianos elaborado por Alves (2002/2008). Para leitura dos dados observados, dos questionários e das narrativas, utilizei o paradigma indiciário de Carlo Ginzburg (1989). Como à pesquisa está em andamento, e os resultados por enquanto são parciais, com fortes indícios de práticas homofóbicas e lesbofóbicas na escola pesquisada. Sendo possível observar que os alunos LGBTIS, sofrem práticas discriminatórias por parte de alguns alunos, alguns funcionários da escola e por uma das coordenadoras, pois a mesma se refere aos alunos LGBTIS em tons ofensivos, também foi possível perceber, no momento atual, resistência por parte da direção em relação ao desenvolvimento de palestras, sobre o combate a homofobia, o que não ocorreu, quando o projeto de pesquisa foi apresentado. Foram recolhidas pistas, a partir da narrativa de uma inspetora de que a direção da escola enxerga os comportamentos dos alunos LGBTIS de forma diferente da avaliação dela. Outra pista também colhida, porém a partir do método da observação, foram às atitudes lesbofóbicas de um inspetor que chama a atenção de um casal de lésbicas abraçadas no pátio, mas desconsidera um casal heterossexual abraçados próximo a ele, não chamando a atenção deste casal. Assim nesse primeiro ano da pesquisa, podemos

II JORNADA DE EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA SOCIAL

perceber pistas, indícios e sinais de práticas homofóbicas e lesbofóbicas ocorrendo na escola.

**PINTANDO O SETE COM A PEDAGOGIA DA CASTELO: A
BRINQUEDOTECA HOSPITALAR COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO E
ATUAÇÃO DO PEDAGOGO**

Stella Rocha

Márcia Pereira

Bárbara Carolina

É fato que as crianças do século XXI têm cada vez menos espaço para a brincadeira. Mesmo sendo o direito à brincadeira garantida por inúmeras leis: Declaração Universal dos Direitos da Criança, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8069/90), Lei Orgânica da Assistência Social, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996), Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Resolução CONANDA 41 de 17/10/95 e a Lei 11.104. Os motivos são os mais variados: redução dos espaços sociais por conta da urbanização, violência etc.

Apesar de um grande número de pesquisas e de teóricos apontarem para a importância do brincar como propulsor do desenvolvimento infantil, a brincadeira ainda não é levada a sério por grande parte dos educadores. Segundo Vygotsky (1998), a brincadeira é um elemento significativo na constituição do sujeito, uma vez que ela atua sobre o plano emocional. Para esse teórico, a brincadeira vive da interação, agregando os princípios da percepção sensorial, sentimentos e imaginação e os processos criadores infantis se revelam no jogo e é no jogo que as crianças são levadas a reelaborar a experiência vivida, construindo novas realidades de acordo com as suas necessidades, desejos e motivações.

As brinquedotecas ganharam relevância na aprovação da Lei nº 11.104, de 21 de março de 2005 que compreende os efeitos terapêuticos deste espaço nas unidades de saúde para a cura das crianças, uma vez que o profissional especializado, entre eles o pedagogo, que nela atua tem a possibilidade de proporcionar a interação social e o desenvolvimento pleno que ela necessita. Contabiliza-se ainda o instrumento de avaliação dos cursos superiores de Pedagogia para fins de reconhecimento que em 2010, valida a necessidade deste laboratório para a formação do Pedagogo.

II JORNADA DE EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA SOCIAL

A questão do jogo, dos brinquedos e das brincadeiras apresenta-se como um dos mais importantes aspectos relacionado ao desenvolvimento infantil, por isso faz parte de várias discussões nas disciplinas do currículo de Pedagogia. Ao propormos a criação de uma Brinquedoteca, estamos certos de que a experimentação de atividades lúdicas pedagógicas intencionais possibilita um trabalho prazeroso e significativo na prática do futuro pedagogo. O presente estudo de caráter documental e bibliográfico formaliza a brinquedoteca clínica como espaço de formação inicial e continuada do pedagogo.

Na Universidade Castelo Branco (UCB), o projeto brinquedoteca conta com três espaços próprios, direcionados para a formação dos alunos do curso de Pedagogia e áreas afins, além do atendimento da comunidade no entorno da UCB. Neste trabalho apresentamos a brinquedoteca hospitalar que atende crianças com deficiência e que são assistidas em outras atividades, como a fisioterapia pela clínica-escola desta Instituição. Contabilizam-se no projeto duas Pedagogas, uma estagiária e três voluntários do curso de Pedagogia.

O principal objetivo deste espaço é estreitar o vínculo teoria e prática pedagógica no curso de Pedagogia, visando o aperfeiçoamento da qualidade da formação metodológica do futuro pedagogo, oferecendo ao estudante conhecimentos práticos e teóricos para o mercado de trabalho que cada vez mais tem exigido dos profissionais da educação domínio do universo simbólico, onde os elementos materiais são decisivos. Possibilita a criança desenvolvimento de sua coordenação motora, aumento de sua autoestima, construção da autonomia, brincando, em grupo ou individualmente.

Nesta perspectiva, a brinquedoteca tem se constituído como um espaço ímpar na formação do pedagogo, ao possibilitar o planejamento e aplicação de atividades com crianças especiais, fato que se consolidou na educação brasileira a partir da LDB 9.394/96 com o princípio da inclusão de crianças e jovens especiais na escola. Ressaltamos ainda que entre os anos de 2016 e 2017 mais de trinta crianças foram atendidas em atividades direcionadas neste espaço.

INVESTIGAÇÃO DAS RELAÇÕES DOCENTE/DISCENTE EM UMA ESCOLA PARTICULAR DE BAIRRO PERIFÉRICO DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO E SEUS POSSÍVEIS IMPACTOS NA IDENTIDADE SOCIOPROFISSIONAL DOS EDUCADORES DE “ALUNOS POBRES”

Thiago Simão Dias

O presente trabalho monográfico tem como temática a averiguação das relações docente-discente e seus possíveis impactos na identidade socioprofissional dos educadores de "alunos-pobres" em uma Instituição de Ensino particular de um bairro periférico do município de São Gonçalo. Diante disso, seu objetivo é apresentar os principais resultados e reflexões desta experiência, que foi desenvolvida através da pesquisa de campo de caráter investigativo e qualitativo, na qual foi utilizado o método fenomenológico (Edmund Husserl) como recurso de observação e captura da realidade tal qual ela se apresentou. Assim, analisou-se como a afetividade do educando implica na construção da identidade individual e da identidade coletiva deste do profissional, tendo como embasamento teórico de Henri Wallon - para tratar de tais relações - e Claude Dubar - para fundamentar o conceito de "identidade socioprofissional". Mostra, também, as formas de representações sociais projetadas por parte da professora para com os "alunos-pobres" (Arthur Ferreira) da classe onde se sucedeu análise durante todo o ano letivo de 2018.

A EDUCAÇÃO SOCIAL E A SOCIOEDUCAÇÃO: NOVAS PERSPECTIVAS NO ATENDIMENTO ÀS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO

William Vinicius Pinto

O presente trabalho, de caráter teórico trata-se de pesquisa do mestrado em educação e vem de encontro as especulações que a sociedade faz em relação ao acompanhamento prestado aos adolescentes em conflito com a lei, especificamente, no processo socioeducativo de cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto. Desta forma, discorrer sobre essa temática, utilizando-se das bases epistemológicas de fundamentação da Pedagogia Social é de suma relevância, corroborando com Nuñez (1999, p. 32), quando destaca que ela é o marco teórico da educação social e, no Brasil o seu alicerce é a teoria Freiriana, mesmo que, embora Paulo Freire não tenha usado a nomenclatura educação social ou pedagogia social, os pressupostos da educação tida como popular, na concepção transformadora desenvolvida por ele desde a década de 1960, com foco na educação de jovens e adultos, aproximam-se dessa área.

Ainda no que diz respeito a nomenclatura, Silva (2012), demonstra que a Educação Social e Pedagogia Social não são sinônimos, não são dicotômicas e nem mesmo contraditórias, apenas ocorrem em espaços e contextos distintos, sendo uma complementar à outra. O campo da educação social é amplo e engloba a educação escolar e a não-escolar, a educação formal, a não formal e a informal. Segundo Gadotti (2012), existe uma diversidade de práticas educativas no campo da educação social, sendo algumas das possibilidades, educação cidadã, educação para o trabalho, educação para os direitos humanos, educação nas prisões, educação na cidade, educação política, dentre outras, estando todas diretamente interligadas através do compromisso ético-político com a sociedade em prol da construção de outro mundo possível.

Segundo Silva (2012), educação social e a Pedagogia Social não são sinônimos, não são dicotômicas e nem mesmo contraditórias, apenas ocorrem em espaços e contextos distintos, sendo uma complementar à outra.

Concernente a socioeducação, Pinto e Silva (2014), enfatizam que ela é pautada por um conjunto articulado de ações e se aproximam da educação por focar no desenvolvimento

II JORNADA DE EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA SOCIAL

do potencial dos adolescentes, sendo assim, promove a libertação do oprimido, proporcionando um processo de inclusão de transformação do olhar, ou seja, conscientização crítica dos fatos. Salienta-se que, o estudo visa identificar, compreender e avaliar as ações socioeducativas realizadas com os adolescentes, pautado na socioeducação à luz da Pedagogia Social, levando em consideração as hipóteses que permeiam o tema, além de contribuir com a desmistificação do estigma de “menor infrator”, por meio da disseminação de conhecimento, que reconhece os adolescentes como sujeitos de direitos.

A PARTICIPAÇÃO DO PEDAGOGO NO PROCESSO SOCIOEDUCATIVO: A ESCOLARIZAÇÃO DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI

William Vinicius Pinto

Damaris Oliveira do Carmo

Mauricio Pedro da Silva

O adolescente em conflito com a lei tem sido alvo de constantes discussões, principalmente, a respeito do acompanhamento que recebem quando estão em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto. Neste quesito, cabe destacar o disposto no artigo (art.) 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei n. 8.069), quando define, claramente, como adolescente, a pessoa que possui de doze a dezoito anos (incompletos) de idade e no (art.) 112º descreve que após verificada a prática de ato infracional o adolescente pode ser aplicada seis tipos de medida socioeducativa. Dentre as diversas violações de direitos que esses adolescentes foram expostos, percebe-se que a baixa escolarização tem sido um dos fatores que pode desencadear o envolvimento e, ou, prática de atos infracionais, levando-os até mesmo ao rompimento dos vínculos familiares, sociais e comunitários. Contudo, este estudo propõe uma discussão sobre a importância e contribuições do profissional de pedagogia na educação social, especificamente, no atendimento aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Neste trabalho objetivou-se através da revisão bibliográfica avaliar a participação do pedagogo na ação socioeducativa, dando ênfase na qualificação das intervenções realizadas visando à prevenção e à diminuição da reincidência em atos infracionais, conseqüentemente, estímulo a escolarização. Concernente ao método adotado foi a revisão bibliográfica integrativa, possibilitando fundamentar teoricamente o proposto, além de resgatar as pesquisas que já foram realizadas sobre o tema em tela, sendo assim, os dados confrontados sistematicamente. Neste contexto, a revisão de literatura preliminar mostrou que o pedagogo tem ganhando evidência na área social. Porém, ainda permeiam discursos contraditórios no que diz respeito à atuação desse profissional nas equipes que atendem adolescentes que se encontram em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto. Outro

II JORNADA DE EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA SOCIAL

aspecto levantado, inicialmente, na literatura demonstra que um adolescente com baixa escolarização, possivelmente, enfrentará dificuldades no estabelecimento de relações. Enfim, pode-se concluir com as leituras que a baixa escolaridade que os adolescentes em conflito com a lei apresentam é uma vulnerabilidade, mediante os limites e a falta de oportunidades que têm ou terão ao longo de toda a sua vida. Afinal a educação é um direito humano fundamental e toda criança e todo adolescente têm direito a ela. Desta forma, a pesquisa tem como eixo norteador buscar na literatura as possíveis contribuições que o profissional de pedagogia com atuação no terceiro setor pode viabilizar o estímulo à escolarização e a construção de um novo olhar para e na escola.